

RCD no HABEAS CORPUS Nº 545.620 - SC (2019/0340959-4)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
REQUERENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
REQUERIDO : LUCIANO DAL PIZZOL
REQUERIDO : MARCIO GEUSTER
REQUERIDO : CLAUDIO FREDERICO MAY
ADVOGADOS : SILVIA DOMINGUES SANTOS MANSUR - SC010990
CLAUDIO GASTÃO DA ROSA FILHO - SC009284
NICOLI MORE BERTOTTI - SC025052
RUI PEDRO PINA CABRAL DA SILVA - SC052778
MAYARA DE ANDRADE BEZERRA - SC054022
PAULO EKKE MOUKARZEL JUNIOR - SC036591
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão de fls. 287-290, que deferiu o pedido de reconsideração da liminar e determinou a suspensão da ação penal instaurada em desfavor dos requeridos, por entender que não estaria mais configurada a prerrogativa de foro, em razão da ausência da necessária concomitância temporal, considerando que os fatos apurados teriam ocorrido em mandato já findo.

Nesta petição, o requerente sustenta, em suma, que as reeleições sucessivas e ininterruptas para o mesmo cargo caracterizam a unidade de legislatura, o que justifica a manutenção da prerrogativa de foro.

Aduz, ainda, que a situação fática tratada na APN 874/DF QO é diversa da hipótese dos autos, devendo, portanto, ser reconsiderada a decisão.

Assevera que o fim da instrução processual ocasiona a estabilização da competência, e ressalta que o despacho que determinou a abertura de prazo para as alegações finais foi proferido em 24/4/19.

Requer, assim, que seja reconsiderada a decisão que determinou a suspensão do trâmite da Ação Penal 9137856-82.2015.8.24.0000.

É o relatório.

Inicialmente, cumpre ressaltar que, diversamente do sustentado pela defesa dos requeridos na petição de fls. 1078-1080, e-STJ, “a atuação do *Parquet* federal, como fiscal da lei, nos processos de *habeas corpus*, não exclui a possibilidade de os Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal e dos Territórios formularem pedidos e apresentarem recursos perante o Superior Tribunal de Justiça, sempre que seus interesses encontrarem respaldo em processos de suas atribuições na origem, hipótese em que atuam como parte interessada” (AgRg no HC 366.786/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 19/3/2019, DJe 8/4/2019).

No tocante aos argumentos apresentados pelo Órgão ministerial, verifica-se que, consoante informações prestadas pela autoridade coatora à fl. 307, e-STJ, o denunciado Romildo Luiz Titon permanece no cargo de deputado estadual há mais de 20

Superior Tribunal de Justiça

anos, com mandatos sequenciais e ininterruptos, tendo iniciado sua atuação no referido cargo em 1995, estando atualmente cumprindo mandato com término em 2023.

Neste contexto, de fato, a situação ora em análise diverge daquela apreciada nos autos da QO na APn 874/DF, de Relatoria da Ministra NANCY ANDRIGHI, julgada pela CORTE ESPECIAL, onde o paciente não se manteve ininterruptamente no cargo em que praticou os delitos a ele atribuídos.

No caso dos autos, evidenciado que a atual diplomação do denunciado Romildo Luiz Titon decorre de sucessivas reeleições para o mesmo cargo, resta configurada a unidade de legislatura, razão pela qual deve ser mantido o foro por prerrogativa de função.

O Supremo Tribunal Federal já se pronunciou sobre o tema, tendo firmado a tese de prorrogação da prerrogativa de função em razão da unidade de legislatura, consoante se extrai das decisões proferidas na PET 7.734/DF, 2ª Turma, Relator Min. Edson Fachin, j. 30/10/18; Inquérito 4.443/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, j. 31/8/18; Inquérito 4.127/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. 20/11/18; RE 1.227.413/SP, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, j. 16/9/19.

No mesmo sentido, os precedentes deste Superior Tribunal de Justiça: AgRg no REsp 1.322.864/GO, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 17/10/2019, DJe 23/10/2019; RHC 111.781/CE, de minha Relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 25/6/2019, DJe 1/7/2019; RE nos EDcl no RHC 111.781/CE, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Vice-Presidente, julgado em 9/10/2019, DJe 10/10/2019.

Ante o exposto, **casso a liminar** anteriormente concedida, para determinar o prosseguimento da Ação Penal 9137856-82.2015.8.24.0000.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Cumpridas as diligências acima referenciadas, tornem-me conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator